



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Questão Agrária.

OS RUMOS (IN)CERTOS DA AGROECOLOGIA NO BRASIL

Maristela Dal Moro¹

Resumo: Este trabalho aponta os avanços que se constituíram no movimento agroecológico no Brasil. Será dada ênfase ao longo processo de consolidação e de conquistas desse movimento que tem início nos anos 1970. Esse resgate é importante para demonstrar que o movimento já tem uma grande caminhada, e seus avanços se espalham para vários âmbitos, o que lhe dá capacidade de enfrentar as forças regressivas no atual governo.

Palavras-chaves: agroecologia, agronegócio, movimentos sociais.

Abstract: The work points out the advances that were constituted in the agroecological movement in Brazil. Emphasis will be placed on the long process of consolidation and achievements of this movement that began in the 1970s. This rescue is important to demonstrate that the movement already has a great walk, and its advances spread to various scopes, which gives it facing the regressive forces in the current government.

Keywords: agroecology, agribusiness, social movements.

Introdução

Vive-se momentos de grandes perdas em razão da forte ofensiva das forças conservadoras comandadas pelo grande capital, no âmbito do Estado e das políticas sociais. Especificamente ao que se refere à realidade agrária no Brasil, atenta-se para os traços históricos e estruturais que marcam a força do setor empresarial em contraponto aos interesses dos trabalhadores do campo. Se essa é a marca, não há como desconsiderar as conquistas impetradas pelos sujeitos sociais voltados à defesa da democratização da produção e produtividade no campo. A histórica bandeira dessas lutas representada pela reforma agrária nunca se consolidou, mas não há como negar os avanços representados no que se refere às políticas públicas e direitos dos trabalhadores do campo que são resultado de uma ampla organização e luta que se manifesta desde a colonização do Brasil e vai ganhando novos contornos e força nos períodos subsequentes. Atenta-se para os avanços constituídos principalmente a partir de meados da década de 1970, momento de crise da hegemonia burguesa e fortalecimento das forças populares. Surgem, a partir desse momento, movimentos que se manifestam a favor da reforma agrária e dos direitos dos camponeses em um

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: dalmororj@uol.com.br.

cenário de forte presença da agricultura empresarial e de hegemonia das forças do capital no campo.

Nesse cenário de efervescência no campo, tem início um movimento, ainda voz dissonante, voltado para a constituição de um modelo produtivo mais sustentável contrapondo-se ao da agricultura modernizada e sua natureza predatória. São essas primeiras manifestações levadas a cabo por alguns atores sociais que servem de base para o amplo movimento que vai se constituindo posteriormente, dando voz à agroecologia. Ainda que com expressão limitada, na comparação com o modelo hegemônico hoje capitaneado pelo agronegócio, os avanços no âmbito da formulação teórica, das organizações, das práticas e da conquista de políticas públicas são fundamentais. A ampliação do debate acerca da agroecologia nos anos mais recentes, bem como a constituição dos governos populares desde 2003 até 2016, mesmo com diversas contradições, foi importante para o fortalecimento do movimento agroecológico e a conquista de diversas políticas públicas voltadas ao seu fortalecimento. O golpe cívico-midiático impetrado em 2016 dá novos rumos às políticas estatais e à constituição de um governo de viés fascista e de ultradireita fortemente articulado com os setores empresariais e do agronegócio e põe em questão as conquistas até então constituídas no que se refere à agroecologia. Neste trabalho, pretende-se apontar os avanços que se constituíram no movimento agroecológico no Brasil desde os anos 1970, mas com maior ênfase nos últimos anos. Será dada ênfase ao longo processo de consolidação de um movimento de defesa da agroecologia no Brasil e que hoje enfrenta grandes ameaças diante das políticas públicas e de criminalização dos movimentos sociais. Esse resgate é importante, pois demonstra que o movimento agroecológico já tem uma grande caminhada, e seus avanços se espraiam para vários âmbitos, o que lhe dá capacidade para o enfrentamento das forças regressivas compostas hoje no atual governo e, ainda que de forma projetiva, pode-se afirmar que esse movimento tem fôlego para se manter na sua caminhada de denúncia ao caráter predatório do agronegócio e de avançar rumo à constituição de um outro modelo produtivo alavancado na agroecologia.

Uma breve passagem pela história: a questão agrária no Brasil

Uma breve passagem pelo processo de consolidação do modelo produtivo no campo brasileiro, com sua base na grande produção monocultora e no completo alijamento dos camponeses e das demais categorias do campo, é a base para se

compreender o ressurgimento de propostas produtivas sustentáveis lançadas por movimentos e forças progressistas.

Nas palavras de Caio Prado Junior (1961), a colonização do Brasil constituiu o que viria a ser a grande propriedade voltada à monocultura, que, utilizando-se do trabalho, consolidou-se no que ele chama de grande empresa comercial. Esta, no início, se destinou a explorar recursos naturais e, mais tarde, passou a produzir produtos agrícolas para o comércio europeu.

Essa é a marca da colonização do Brasil, o que levou à construção de uma sociedade voltada para atender ao mercado externo, desconsiderando as demandas internas. A condição subalterna das massas que foram se constituindo, formada em grande parte por descendentes dos escravos transformados em cidadãos de segunda categoria, que compunham a força de trabalho para as grandes fazendas.

A Lei de Terras, de 1850, regulamenta a propriedade privada da terra tornando-a mercadoria, restringindo ainda mais o acesso à terra aos diversos segmentos de trabalhadores e legitimando uma política agrária profundamente excludente e com estrutura extremamente desigual. A revolução burguesa no Brasil, nas palavras de Fernandes (1987), chamada de contrarrevolução burguesa no sentido clássico, explica a burguesia que se constitui no Brasil e não se interessou por uma revolução nacional e, portanto, não rompeu com a dependência imperialista e nunca assumiu a bandeira republicana de uma sociedade liberal e democrática. O resultado disso foi a passagem de uma economia agroexportadora para uma urbano-industrial processada a partir da Revolução de 1930, sem rupturas. Ao contrário, oligarquias rurais continuam como as donas das terras, produzindo para a exportação e, embora a hegemonia política passe para a burguesia urbano-industrial, as alianças firmadas entre esses dois setores garantem a reprodução dos interesses oligárquicos e a primazia da grande propriedade latifundiária.

Essa origem oligárquica e conservadora da agricultura brasileira vai assumindo novos contornos no decorrer do século XX, principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial, quando se processa uma profunda modernização do campo sob a égide da Revolução Verde. Constituída a partir golpe cívico-militar em 1964, possibilitou o amplo revolucionamento das bases produtivas do campo e, através do apoio do Estado via incentivos fiscais, políticas agrícolas com juros negativos e subsídios, foram viabilizados espetaculares avanços técnicos e de produtividade, fazendo emergir o que passou a ser chamado de CAIs, Complexos Agroindustriais (DELGADO, 1985).

Por essa via, a questão agrária foi tensionada, uma vez que o governo militar patrocinou iniciativas que promoveram uma concentração fundiária em escalas até então não verificadas, principalmente na área de fronteira agrícola sediada na Região

Amazônica e que abriram as porteiras para as grandes corporações transnacionais que, segundo Golfarb (2012), tornam-se as propagadoras de novos pacotes tecnológicos que demandam alto investimento de capital por hectare, com alto uso de insumos externos e baixo uso de mão de obra. Estes foram usados em lavouras de monoculturas e possibilitaram obter produtos uniformes adequados à cadeia de processamento industrial que era feito por essas mesmas empresas que vendiam os pacotes tecnológicos.

Esse amplo crescimento imputado pela modernização conservadora vem acompanhado da intensificação dos níveis de pobreza e do aprofundamento da concentração da terra, levando ao aprofundamento da expropriação de trabalhadores do campo, que vão perdendo suas terras, e ao aumento do número de trabalhadores sem terras e em condições de trabalho cada vez mais degradantes.

Fica evidente, a partir de então, o caráter perverso desse modelo e seus impactos sobre as condições de vida dos trabalhadores e ao meio ambiente que se processam no campo brasileiro a partir de meados do século XX, constituídos a partir da consolidação do modelo proveniente da Revolução Verde e, que posteriormente, passa a ser denominado de agronegócio.

A partir dos anos 1990 e, estendendo-se aos anos 2000, no decorrer dos 13 anos dos governos do PT, contrariando as históricas promessas e compromissos assumidos por esse partido com a reforma agrária e com a consolidação do modelo de produção camponês – ainda que tenham sido garantidas algumas políticas aos setores não hegemônicos do campo –, tanto nos mandatos de Lula (2003-2010) quanto nos de Dilma (2011-2016) aprofundam-se os privilégios ao agronegócio².

Esse cenário se agrava ainda mais a partir de 2016, após o golpe parlamentar-jurídico-midiático e os governos que chegaram ao poder. Tanto o governo de Temer quanto o atual, de Bolsonaro, assumem a gestão com forte apoio das forças ligadas ao agronegócio, o que aponta para uma forte defesa dos interesses dos grupos ligados a esse setor. As estratégias utilizadas por esses dois governos inviabilizam completamente a política de reforma agrária e, no que se refere à agroecologia, as medidas tomadas colocam na berlinda uma série de avanços e conquistas firmados desde os anos 1970, como veremos.

² O que se depreende disso é que os governos petistas, ancorados no compromisso assumido com os setores dominantes que em se tratando da agricultura se manifestam através do agronegócio e investem na agricultura empresarial, através da ampliação de políticas e programas governamentais, o que o fortalece e lhe dá mais força para avançar rumo à apropriação da terra e dos demais recursos naturais e de exploração da força de trabalho. Por outro lado, em que pesem os poucos investimentos na política de reforma agrária pelo seu caráter estrutural e pelo seu caráter de confronto com os interesses do agronegócio, esses governos implementam uma série de políticas e programas voltados à agricultura camponesa, ampliando as possibilidades de reprodução desse setor e, no que se refere à agroecologia, esta ganha novo fôlego a partir desse momento.

Vale ressaltar que, no governo Temer, se processa um amplo desmantelamento da estrutura institucional que ampara esse setor, o qual vem acompanhado de afagos aos grandes proprietários e às empresas vinculadas ao agronegócio e de intensos cortes nas verbas destinadas à reforma agrária e à agricultura camponesa. Vê-se isso na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018, que, se comparada com a LOA de 2017, sofreu um corte de R\$ 4,3 bilhões nos recursos destinados às políticas direcionadas aos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Isso significou o completo desmantelamento de diversas políticas e programas, a maior parte destes constituídos no decorrer dos 13 anos dos governos petistas³.

Nessa mesma linha segue o recém-empossado governo Bolsonaro, que em pouco mais do que seis meses de gestão, amparado em uma política ultraneoliberal com traços fascistas, expressa a forte criminalização dos movimentos sociais, a flexibilização da legislação ambiental e a drástica redução de verbas às políticas e programas vinculados aos interesses dos trabalhadores do campo, entre várias outras medidas. A opção deste governo pelo agronegócio fica explícita quando se analisa a aprovação de novos registros de agrotóxicos. Considerando que o Brasil é o campeão mundial no uso de agrotóxicos desde 2009, a aprovação de mais 170 registros no decorrer de seis meses de governo representa um profundo retrocesso e agudiza ainda mais os problemas relativos ao uso indiscriminado dessas substâncias, tanto para a saúde humana e animal quanto para a natureza.

Esta política altamente predatória e reacionária certamente terá impactos diretos nos rumos do movimento agroecológico e nas políticas destinadas à produção e comercialização dos produtos advindos desse sistema produtivo. Ainda é prematuro fazer qualquer projeção acerca disso, mas é necessário aprofundar as análises e estudos sobre essa ofensiva avaliando as possíveis perdas e as capacidades de resistências na defesa dos interesses dos povos do campo e, para o que nos interessa aqui, a capacidade de subsistir do movimento agroecológico.

A agroecologia nasce como resistência

O lugar privilegiado que vem assumindo a agroecologia, nos últimos anos, não ocorre por acaso, mas está associado ao forte protagonismo dos movimentos e

³ De acordo com os dados divulgados pela Contag, os maiores cortes foram na Política de Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar, que perdeu R\$ 3,98 bilhões, e os recursos para o crédito do Pronaf e assistência técnica foram os mais afetados. Os cortes também foram expressivos nos recursos destinados às políticas de comercialização, formação de estoques reguladores e garantia de preço dos produtos. Os dois programas mais importantes e que estão ameaçados diante dos cortes são o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este último, criado no âmbito do Programa Fome Zero, no início do governo Lula, propõe a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, os quais são repassados à rede socioassistencial e à rede pública e filantrópica de ensino (CONTAG, 2017).

organizações sociais e sua clara oposição ao modelo dominante na agricultura. As raízes desse movimento estão vinculadas à resistência ao modelo da agricultura modernizada, advinda da Revolução Verde, pelo seu caráter predatório e insustentável socioeconômica e ambientalmente. Por isso, são os primeiros esforços que, segundo Brandenburg (2002), se apresentam como um contramovimento à política de modernização conservadora através da conhecida agricultura alternativa. Esse movimento não é restrito à realidade brasileira; antecede ao início da Revolução Verde e tem suas raízes na Alemanha em 1924 e posteriormente na Inglaterra e na França. Ressaltando as particularidades de cada país, Brandenburg afirma que, de modo geral, está associada à preservação de saúde ou a um estilo de vida anticonsumista, opondo-se ao domínio técnico-industrial, contentando-o, e sendo crítico à agricultura de insumos químicos.

O seu surgimento no Brasil coincide com o ressurgimento dos movimentos alternativos nos Estados Unidos e na Europa, de acordo com Brandenburg (2002). Mas, como assevera o autor, neste país essa proposta é entendida como uma agricultura adaptada e inserida num contexto de revalorização da pequena propriedade familiar, enquanto que na Europa a agricultura alternativa se insere nos movimentos de contracultura e de contestação à sociedade capitalista e de consumo.

Quanto ao Brasil, embora esteja mais próximo do modelo europeu, ela vem como uma possibilidade de se opor à política agrária e ao modelo de produção sustentado pela Revolução Verde e vinculada a movimentos e organizações de natureza política no bojo da luta pela redemocratização, numa perspectiva de transformação social.

As primeiras iniciativas voltadas a construir uma proposta de agricultura alternativa vinham da Comissão Pastoral da Terra (CPT), principalmente através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Foi a partir de meados da década de 1970 que essa entidade passa a ter uma forte intervenção no meio rural, atuando principalmente com camponeses excluídos do processo de modernização, muitos deles em via de expropriação de suas terras e sendo expulsos do campo. Articulada com outras organizações e forças, a CPT instala em várias regiões do país as Comissões Pastorais da Terra, com o intuito de garantir um serviço de assistência aos agricultores, dando rumos diversos ao que estava sendo propagado pelas políticas vinculadas à modernização da agricultura. Buscava recuperar as práticas tradicionais da agricultura e difundir-las aos camponeses como forma de se opor ao modelo dominante.

Esse primeiro impulso vai ganhar mais força principalmente a partir dos anos 1980, no bojo das lutas pela redemocratização, momento em que várias ONGs se

constituem e se voltam aos temas ambientais, o que as leva a enfrentar o debate acerca do modelo agrícola implantado pelo regime militar. O exemplo mais emblemático foi a ação da ONG Federação dos Órgãos para Assistência Social e Econômica (Fase), que cria o Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA), a qual se torna a articuladora das organizações voltadas ao estímulo à agricultura alternativa. A intensificação do debate acerca dessa questão se dá nos encontros organizados por essa entidade, os quais contavam com a participação de representantes de organizações não governamentais de apoio e assessoria e do movimento sindical. Diante desses avanços, o Projeto PTA passará a investir esforços na construção de uma rede de articulação tendo como foco o tema das tecnologias alternativas, processo este que irá se desdobrar na estruturação da Rede Tecnologias Alternativas (Rede TA).

Como aludem Petersen e Almeida (2006), apud Grisa e Chechi (2016), os integrantes dessa Rede tinham em comum a busca pela identificação de experiências de tecnologias e processos alternativos e a atuação de forma vinculada aos processos sociais locais, procurando difundir técnicas e métodos apropriados às situações específicas das famílias de agricultores.

Nessa mesma linha vão se constituindo outros movimentos contestatórios, focados na crítica ao modelo agrícola vigente diante dos impactos que este vinha provocando no meio ambiente através da perda da biodiversidade. Já nesse momento, segundo Monteiro e Londres (2017), se manifestavam as preocupações acerca da diversidade de sementes, do desmatamento, da degradação dos solos, da destruição de fontes de água e da contaminação ambiental pelo uso massivo de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, além da percepção de que o pacote tecnológico difundido pelas políticas públicas provocava dependência dos agricultores aos poderosos complexos agroindustriais.

Nessa direção tiveram destaque a Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (Faeab) e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab). Foram essas organizações que introduziram o tema dos agrotóxicos e que, de acordo com Monteiro e Londres (2017), provocaram fortes mobilizações contra seu uso, culminando na aprovação da lei de agrotóxicos em 1989, a qual incorporou conquistas importantes, incluindo a adoção oficial do termo agrotóxico em vez de defensivos agrícolas, como eram conhecidos até então.

Ganha visibilidade a partir desse momento, principalmente em meio aos profissionais e estudantes das Ciências Agrárias, uma diversidade de pesquisadores internacionais e alguns brasileiros que fundamentava a crítica ao modelo da Revolução Verde e apresentava novas técnicas de produção agrícola. Vale a pena

mencionar uma das maiores pesquisadoras brasileiras, reconhecida até os dias atuais: Ana Maria Primavesi, a primeira mulher em espaços científicos, dominados pelos homens. Essa investigadora se destaca ao afirmar que o solo é um ser vivo e que as vidas humana e animal dependem da vida do solo. Suas ideias se tornam referência no debate da agroecologia e, com as de outros intelectuais que vão se consolidando na arena do debate, fundam as bases para a passagem da concepção de agricultura alternativa para a agroecologia.

Essas ideias passaram a ser discutidas com mais ênfase a partir do momento em que se constituíram espaços coletivos nos quais participavam diversas forças que se opunham ao modelo agrícola vigente. Começam com os encontros organizados pelos engenheiros agrônomos, que já em 1977, no I Congresso Paulista de Agronomia, e em 1979, no XI Congresso Brasileiro de Agronomia, realizado pela Faeab, assumem explicitamente uma posição de crítica à modernização. Segundo Petersen, Dal Soglio e Caporal (2009, pg. 94), essa categoria se posiciona na “defesa de um novo modelo mais justo socialmente, baseado em processos de produção ecologicamente mais equilibrados”.

Ainda que sob fortes críticas, em razão da força empreendida pelos defensores e representantes da agricultura modernizada que os acusavam de defender um modelo de agricultura atrasada e pouco produtiva, os grupos que faziam um movimento de oposição ao modelo hegemônico cresciam em várias regiões do Brasil, o que culminou, segundo Monteiro e Londres (2017), no I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA), que aconteceu em Curitiba/PR, em 1981. Esse Encontro e os demais que o sucederam, que aconteceram em 1984 (Petrópolis/RJ), 1987 (Cuiabá/MT) e 1989 (Porto Alegre/RS), foram:

(...) uma expressão dos primeiros esforços de constituição de um grande movimento de amplitude nacional reunindo os diferentes grupos e setores da sociedade envolvidos com a construção da agricultura alternativa no país. Deles participaram pesquisadores, estudantes, representantes de movimentos sociais do campo, organizações sindicais, equipes do Projeto Tecnologias Alternativas da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (PTA-Fase) e de outras ONGs, grupos ambientalistas, extensionistas de Empresas Estaduais de Extensão Rural (Ematers) e agricultores.” (MONTEIRO e LONDRES: 2017, p. 59)

Essa tendência dentro da entidade profissional e até mesmo dos estudantes de engenharia, os principais protagonistas na luta contra a agricultura modernizada, sofre duros golpes nos anos posteriores, quando os setores conservadores claramente vinculados aos interesses hegemônicos dominam as entidades. Isso não impediu, no entanto, a ampliação do debate e o aprofundamento da proposta proveniente desses movimentos através da entrada na arena do debate de uma série de outros atores.

Já no início dos anos 1990, ocorre a incorporação do conceito de agroecologia, considerado como uma evolução da ideia de agricultura alternativa, o que representou

mudanças significativas nas abordagens metodológicas. Uma grande referência na ampliação desse debate é debitada por parte de alguns autores da publicação no Brasil, em 1989, do livro “Agroecologia: bases científicas para uma agricultura alternativa”, do agrônomo chileno e professor da Universidade da Califórnia Miguel Altieri. E a importante participação de algumas organizações vinculadas à Rede PTA no Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (Clades), de acordo com Monteiro e Londres, (2017), congregou uma diversidade de debates acerca do tema da agroecologia em vários países da América Latina.

A questão socioambiental, também, teve um papel importante na intensificação do debate e foi impulsionada, principalmente, pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92, que pautou os problemas relacionados à degradação ambiental e à necessidade de reverter os prejuízos já existentes por conta da expansão do modelo industrial e da agricultura convencional. Isso somado à questão alimentar, um problema bastante discutido internacionalmente, garante a expansão da defesa da agroecologia no Brasil.

Certamente que o ingresso de um dos maiores movimentos do campo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no debate e na articulação política em favor da agroecologia foi fundamental também para seu espraiamento no Brasil. Esse tema se interpõe ao Movimento a partir do III Congresso Nacional, em 1995, que, de acordo com Grossi (2017), chega através do debate da questão ambiental, o que leva ao questionamento da matriz produtivista adotada até então nos assentamentos e à necessidade de adotar tecnologias adequadas ao processo de recuperação e preservação dos recursos naturais, condição para a garantia da segurança alimentar. Não é demais afirmar também que, a partir de 1995, funda-se a Via Campesina, uma rede de cooperação internacional de organizações camponesas que tem como foco a luta contra a expansão do capitalismo na agricultura, expresso no domínio das grandes empresas transnacionais sustentadas no monopólio da produção e comércio de agrotóxico, transgênicos e máquinas. O MST, como membro fundador dessa rede e impulsionado por ela, assume a crítica ao agronegócio e passa a defender a matriz produtiva da agroecologia como estratégia para garantir a soberania alimentar. Nos anos subsequentes, novos conceitos e bandeiras são incorporados ao Movimento e, nos anos mais recentes, principalmente a partir da aprovação do documento “Reforma Agrária Popular” no VI Congresso, em 2014, o tema da alimentação se transforma no elo entre campo e cidade e, portanto, a produção de alimentos saudáveis através da matriz agroecológica ganha maior centralidade.

A ampliação desse debate no MST vem acompanhada da incorporação da agroecologia e sua agenda de luta por vários outros movimentos. Podemos citar o

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que ao elaborar o “Plano Camponês”, uma proposta que ao incorporar como central a produção de alimentos de qualidade, alia a agroecologia e a soberania alimentar como projeto estratégico.

Mas o que dará concretude ao tema da agroecologia nestes últimos anos, indubitavelmente, é a ampla organização da sociedade civil, que se efetiva, principalmente, na constituição da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em 2002, como um desdobramento do I Encontro Nacional de Agroecologia (I ENA), no Rio de Janeiro. Essa organização foi resultado de um processo de convergência entre redes regionais, movimentos sociais, associações profissionais e entidades de assessoria.

É inegável a importância dessa rede na medida em que se apresenta como um espaço de fortalecimento, articulação e difusão das questões relativas à agroecologia e contribui para estabelecer os elos entre as várias organizações vinculadas à luta e defesa dessa proposta. A criação da ANA, a organização das Jornadas de Agroecologia promovidas pelos movimentos da Via Campesina e a incorporação, a partir de 2007, da agroecologia como um tema relevante na agenda das organizações de mulheres responsáveis pela organização da Marcha das Margaridas, entre outras iniciativas, são indicativos do fortalecimento da agroecologia.

Ademais, saem desse espaço outras iniciativas que dão mais força à luta pela agroecologia, e podemos mencionar como uma das mais importantes a realização dos Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBA). O primeiro Congresso ocorreu em 2003 e foi a síntese de um amplo debate que já vinha se processando em vários espaços no que se refere às pesquisas científicas. Debateu-se nesse evento a necessidade de constituição de uma entidade que assumisse a organização do CBA e congregasse os diversos pesquisadores e profissionais vinculados ao tema da agroecologia. No II Congresso de Agroecologia, que acontece em Porto Alegre, em 2004, se confirma a criação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), a qual:

(...) toma para si o desafio de manter e fortalecer os espaços científico-acadêmicos, como congressos, seminários, assim como promover a divulgação do conhecimento agroecológico elaborado de forma participativa por meio de publicações. Ademais, compromete-se a se engajar no processo político em defesa da agricultura familiar e da agrobiodiversidade. (PETERSEN, DAL SOGLIO, CAPORAL, 2009, p. 96)

A constituição da ABA, a qual passa a integrar como entidade-membro a Articulação Nacional de Agroecologia, foi fundamental para o fortalecimento das pesquisas e debates nos meios científico-acadêmicos e garantiu a articulação dos pesquisadores com os movimentos sociais, com os camponeses e com os demais trabalhadores vinculados ao tema da agroecologia.

Esses avanços importantes que ocorreram em torno das questões relativas à agroecologia no Brasil dão novos contornos ao debate e se fortalecem ainda mais em razão das políticas implementadas principalmente a partir de 2003, com o início do governo Lula. Esse governo, que por um lado impulsiona fortemente o agronegócio, como visto anteriormente, inclusive aprovando o uso de sementes transgênicas no Brasil, por outro, como resposta às pressões dos movimentos e organizações sociais, efetiva a ampliação de algumas políticas de apoio à agricultura familiar e a promoção da segurança alimentar e nutricional (Moura, 2017). No tocante à agroecologia, várias iniciativas possibilitaram o seu fortalecimento. A constituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), em agosto de 2012, já no governo de Dilma Rousseff, somada a várias outras políticas e programas implementados por esses governos, pode ser considerada um marco histórico de grande relevância para o movimento agroecológico brasileiro (Monteiro e Londres, 2017).

Sem dúvida, essa política, que se apresentou como a síntese de diversas demandas relacionadas à produção e à agroecologia, só se efetivou pelo amplo protagonismo das entidades já mencionadas no decorrer deste trabalho. Embora não atenda de forma completa as demais demandas colocadas por essas organizações e algumas destas não tenham sido contempladas nem mesmo no governo de Dilma, no momento de sua implantação essa política se tornou um grande trunfo no que se refere à defesa da agroecologia.

Considerações finais

Ainda que sumariamente, intentou-se expor com este trabalho os profundos avanços que se processaram no Brasil no que se refere ao movimento agroecológico, sua institucionalização e algumas conquistas no âmbito das políticas públicas. A reflexão que nos remete neste momento, diante dos profundos retrocessos que se processam no campo político-institucional em razão do golpe impetrado em 2016 e da vitória do governo de ultradireita neoliberal em 2018, é sobre a capacidade de resistência desse movimento amplo e consistente de denúncia contra o agronegócio e de defesa da agroecologia.

É indiscutível que os cortes no âmbito das políticas e programas governamentais e o desmantelamento da estrutura institucional que dá suportes a essas políticas e programas, somados ao amplo processo de criminalização dos movimentos sociais, terão grande impacto nos rumos desse movimento. Mas entende-se que esse movimento vai além da sua relação com o Estado. A ampla estrutura já consolidada no tocante à organização política e técnica, os já consolidados estudos e

pesquisa acerca deste tema, o que demonstra a sua capacidade produtiva e sua superioridade na comparação com os produtos produzidos pelo agronegócio, a forte relação com questões relativas à saúde e ao meio ambiente e a sua articulação internacional nos permitem projetar que esse movimento não esmorecerá com esta ofensiva do capital, mas poderá se transformar em uma grande bandeira de resistência e de oposição ao modelo agrícola vigente e tem cada dia mais capacidade e vitalidade para avançar na construção de uma sociedade mais justa e sustentável ambientalmente.

REFERÊNCIAS

BRANDEBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio ambiente*. n. 6. jul./dez. 2002. Editora UFPR.

CONTAG. *Governo corta mais de R\$ 4 bilhões do orçamento da Agricultura Familiar*. Disponível em <http://www.contag.org.br>. Acesso em 2 de julho de 2018.

DELGADO, G. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965 – 1985*. Editora Ícone, São Paulo, 1985.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Guanabara: 1987.

GOLDFARB, Y. *A Agricultura a partir do Neoliberalismo: Financeirização, Poder e as Ameaças à Soberania Alimentar*. Revista AGRÁRIA, USP, São Paulo, No. 17, 2012.

GRISA, Catia, CHECHI, Leticia. Narrativas sobre Sustentabilidade, Produção Orgânica e Agroecologia nas Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. *Revista Retratos de Assentamentos, Araraquara/SP*, v.19, n.2, 2016.

GROSSI, M. Questão ambiental, reforma agrária e agroecologia: desafios políticos ao MST. *Revista Katalysis, Juiz de Fora/MG*, 2017.

MONTEIRO, Denis, LONDRES, Flavia. Pra que a Vida nos dê Flor e Frutos: notas sobre a trajetória do Movimento Agroecológico no Brasil. SAMBUICHI, Regina H. et all. Rosa. *A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. IPEA, Brasília, 2017.

PETERSEN, Paulo; DAL SOGLIO, Fabio K.; CAPORAL, Francisco R. *A Construção de uma Ciência a Serviço do Campesinato*. In PETERSEN, Paulo (org.) *Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.